

# **DEMODIVERSIDADE**

Título original:  
*Demodiversidade. Imaginar novas possibilidades democráticas*

© Centro de Estudos Sociais, Boaventura de Sousa Santos,  
José Manuel Mendes e Edições 70, 2017

Revisão: Victor Ferreira

Capa de Grupo Almedina sobre Pretérito Perfeito, pintura de Mário Vitória  
© Mário Vitória

Depósito Legal n.º ?????

*Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação*

SANTOS, Boaventura de Sousa, 1940- , e outro

Demodiversidade: imaginar novas possibilidades demo-  
cráticas. - (Epistemologias do sul)

ISBN 978-972-44-1967-1

CDU 316

Paginação:  
João Jegundo

Impressão e acabamento:  
??????  
para  
EDIÇÕES 70  
em  
outubro de 2017

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.  
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, 11 – 3.º C – 1900-221 Lisboa / Portugal  
e-mail: geral@edicoes70.pt

[www.edicoes70.pt](http://www.edicoes70.pt)

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,  
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,  
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.  
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível  
de procedimento judicial.

**DEMODIVERSIDADE**  
**IMAGINAR**  
**NOVAS POSSIBILIDADES**  
**DEMOCRÁTICAS**

**Boaventura de Sousa Santos**  
**José Manuel Mendes**





# Prefácio

*Boaventura de Sousa Santos*  
*José Manuel Mendes*

Durante décadas, o Norte global vem-se confrontando com uma dificuldade crescente para dar sentido às mudanças radicais que afetam o mundo, da financeirização e neoliberalização da economia mundial ao crescimento desmedido das desigualdades, à persistência, extensão e diversificação da segregação, da discriminação e da violência. Em consequência, tem emergido um certo desconforto no campo das ciências sociais e humanas com a incapacidade, e até a irrelevância, das abordagens propostas e dos quadros teóricos estabelecidos para a compreensão de um mundo em que há tanto a criticar, mas em que parece ser cada vez mais difícil formular um pensamento crítico credível.

As desigualdades, a exclusão, a degradação ambiental e a despossessão associadas à acumulação do capital baseada na extração de recursos não renováveis, a crescente vulnerabilidade das populações à violência, à guerra e aos desastres, com deslocamentos maciços forçados e a migração das populações afetadas, são muitas vezes vistas como um dilema do Sul geográfico. Contudo, assistimos à irrupção destes fenômenos e movimentos no âmago do Norte global.

Neste contexto, as Epistemologias do Sul refletem criativamente sobre a realidade para oferecer um diagnóstico radicalmente crítico do presente, que, obviamente, tem como elemento constitutivo a possibilidade de reconstruir, formular e legitimar alternativas para uma sociedade mais justa e livre.

As Epistemologias do Sul constituem uma reivindicação de novos processos de produção, de valorização de conhecimentos válidos, científicos e não científicos, e de novas relações entre diferentes tipos de conhecimento, a partir das práticas das classes e grupos sociais que sofreram, de maneira sistemática, destruição, opressão e discriminação causadas pelo capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. O Sul é a metáfora do sofrimento sistemático produzido pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Estes três modos principais de dominação ocorrem por vezes associados a outros, como, por exemplo, o autoritarismo religioso ou político. Neste sentido, o sul das epistemologias do sul não é geográfico, é epistémico e político: o Sul anti-imperial. É um sul que também existe no Norte geográfico, o que antes chamávamos terceiro mundo interior ou quarto mundo: os grupos oprimidos, marginalizados da Europa e da América do Norte. Correspondentemente, há um norte epistémico e político no Sul global geográfico: são as elites locais que beneficiam do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado globais, ou seja, o Sul imperial.

Este livro é o primeiro a ser publicado no âmbito da coleção Epistemologias do Sul. A coleção divulgará todos os contributos que se enquadrem no programa de investigação centrado em torno das Epistemologias do Sul, publicando monografias, ensaios e volumes coletivos. A coleção tem como objetivo repensar e renovar o conhecimento das ciências sociais e das humanidades, desenvolvendo novos paradigmas teóricos e políticos de transformação social, em diálogo com diversas tradições epistemológicas que se desenvolveram ou sobreviveram em resistência contra as epistemologias do Norte.<sup>1</sup>

O Sul global foi durante séculos, e mantém-se na atualidade, uma fonte inexaurível de experiências, de conhecimentos, de inovação social e política, de diversidade cultural e de celebração das diferenças. Toda esta riqueza epistémica, social, política e cultural tem sido desperdiçada. Por razões que analisámos noutra lugar, o desperdício é agora mais

---

<sup>1</sup> O primeiro conjunto de livros da coleção Epistemologias do Sul contém os resultados do projeto de investigação *ALICE — Espelhos estranhos, lições imprevistas; definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo*, coordenado por Boaventura de Sousa Santos, com financiamento do European Research Council e realizado entre 2011 e 2016 no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra ([www.alice.ces.uc.pt](http://www.alice.ces.uc.pt)).

visível e há condições para lhe pôr fim.<sup>2</sup> Tal desafia a tradição epistemológica canónica do Norte global, incluindo as ciências sociais e as humanidades, a aprender e a inovar através do seu encontro e diálogo com outras epistemologias que historicamente emergiram no Sul.

São quatro as premissas da coleção Epistemologias do Sul, e que balizam as futuras contribuições para a mesma:

1. A compreensão do mundo é muito mais ampla e diversificada do que a compreensão ocidental do mundo.
2. Não faltam alternativas no mundo, o que falta é um pensamento alternativo de alternativas.
3. A diversidade do mundo é infinita e nenhuma teoria geral a pode captar.
4. A alternativa à teoria geral consiste na promoção da ecologia dos saberes combinada com a tradução intercultural.

Estas premissas servirão de guia para a investigação e a transformação social baseadas no reconhecimento mútuo, na compreensão intercultural e na inovação política baseadas no respeito pela identidade e pela diversidade. Serão relevados os contributos para a coleção Epistemologias do Sul que questionem e entrem em diálogo com a tradição epistemológica do Norte global, propondo novas metodologias e abordagens centradas nas relações Sul-Sul, Norte-Sul e Sul-Norte, e no princípio de «conhecer com», por oposição à noção clássica de «conhecer sobre».

Os primeiros volumes a serem publicados na coleção Epistemologias do Sul, e que resultam do projeto ALICE, abordam os desafios epistemológicos centrados na ecologia dos saberes e na tradução intercultural, e tratam de temas como a reinvenção da democracia para além do marco liberal, a refundação democrática e plurinacional do Estado, os direitos humanos no contexto da pluralidade de concepções e da dignidade humana, as economias não capitalistas e de bem viver, participação e interculturalidade no direito à saúde.

O presente livro surge da necessidade urgente de refletir sobre a própria ideia de democracia, de reconhecer a ecologia dos saberes democráticos

---

<sup>2</sup> Santos, Boaventura S., *Epistemologies of the South: Justice against epistemicide*, Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2014.

e a possibilidade sempre presente de alternativas e da emancipação social. Consideramos que a publicação deste livro é particularmente oportuna num contexto internacional marcado, de forma quase inesperada, pela saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e pela eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América, com o retorno dos nacionalismos chauvinistas, dos protecionismos económicos e da xenofobia e discriminações com base na diferença racial, religiosa e etnocultural.

No plano internacional, está no ar uma mistura tóxica de ausência de alternativas e de agravamento da crise, uma entidade mutante que se desdobra em crise económica, financeira, política, ecológica, energética, ética e civilizacional. Esta mistura tóxica funda tanto a sensação de que algo termina como a de que é impossível que algo novo emergja. Como diria Antonio Gramsci, é um tempo de monstros. Mas certamente são monstros diferentes dos que Gramsci imaginou. Embora Gramsci reconhecesse que o novo ainda não tinha emergido, estava convicto de que ele iria emergir e, além disso, tinha uma ideia mais ou menos precisa do que seria esse novo, o socialismo e o comunismo. No nosso tempo, o bloqueio do novo parece total e se algum sinal existe de que algo novo pode emergir no horizonte é mais motivo de medo do que de esperança. Um empate histórico parece consumir-se à beira do abismo, de tal modo que nem passos em frente nem passos atrás parecem possíveis. Daí a sensação de implosão, uma ordem que mal se disfarça de caos, um caos que, por repetição, parece a única ordem possível. Os componentes principais deste impasse são os seguintes: a crise que não tem crise, a dronificação do poder, o acerto de contas. São os nossos monstros e qualquer deles constitui uma ameaça fatal à democracia.

*A crise que não tem crise.* Até agora, sempre que surgiram crises houve necessidade de as explicar e de as superar. O pensamento moderno assenta na ideia de que as crises são oportunidades para novas soluções. Não é isto o que se passa hoje. A crise passou a ser tão permanente que, em vez de ter de ser explicada, é ela que explica tudo. Se as classes médias estão a desaparecer em todo o mundo, a razão é a crise. Se os países se endividam de maneira insustentável, a razão é a crise. Esta inversão entre o *explicans* (o que explica) e o *explicandum* (o que tem de ser explicado) tem uma consequência insidiosa, fatal e fatalmente ignorada. Quando a crise deixa de ter de ser explicada e passa ela própria a



explicar tudo, não há qualquer possibilidade de pensar em alternativas, em saídas que impliquem a superação da crise, porque esta passou a ser uma constante e como tal o limite máximo do que pode ser pensado. O pensamento da crise está a transformar-se no maior sintoma da crise do pensamento.

*A dronificação do poder.* O poder, qualquer que seja a sua medida, tende a ser exercido em excesso e de forma extrema. Os drones militares são a melhor metáfora do modo dominante de exercício de poder no nosso tempo. Quem mata, mata visualizando o inimigo no ecrã a muita distância e atingindo-o mediante movimentos do rato e toques no teclado. Mortes limpas, decididas segundo protocolos predefinidos e provocadas em horário de turno. É um poder unilateral, invulnerável e impune que não obedece às regras da guerra nem às Convenções de Genebra. Não é uma guerra em que morram soldados. Morrem noivos e convidados em casamentos, acompanhantes em funerais, rodas de amigos em esplanadas. O benevolente presidente Obama foi quem levou mais longe este tipo de assassinato tecno-selvagem, crimes contra a humanidade segundo a Amnistia Internacional. Este tipo de poder está presente em muitos outros campos para além do militar. É o tipo de poder que o capital financeiro exerce hoje quando, de uma hora para a outra, especuladores e analistas financeiros, colados aos seus ecrãs e teclados, mediante a manipulação de números e de conclusões de relatórios aparentemente técnicos e inócuos, lançam um país na falência, milhares de trabalhadores no desemprego, e muitos mais na fome e na iminência de guerra civil. Também aqui o poder é invulnerável e a sua atuação impune.

*O acerto de contas.* Instala-se na sociedade a ideia de que as instituições tanto nacionais como internacionais não são capazes de cumprir as funções para que foram criadas. É, pois, legítimo recorrer à ação direta, fazer justiça pelas próprias mãos. Esta forma de exercício do poder, um exercício informal, privado e direto, sempre existiu como forma de poder paralelo. Foi (e é) assim em todos os sistemas patrimonialistas em que os senhores da terra (latifundiários, fazendeiros, *hacendados*) dispuseram (e dispõem) de justiça privada para manter sob controle os seus súbditos. A Colômbia é um exemplo dramático da prolongada convivência entre poder institucional e poder informal, entre violência institucional e violência extrainstitucional.

Mas, hoje, este recurso ao acerto de contas está a assumir muitas formas nos diferentes campos sociais e varia segundo as relações de poder em jogo. O terrorismo e a reação contra o terrorismo é hoje um dos campos mais visíveis de acerto de contas. Os grupos terroristas usam o poder ao seu alcance para saldar as contas com o imperialismo ocidental que, ao longo de séculos até aos dias de hoje, invadiu, destruiu, saqueou e humilhou os povos e as culturas árabes e islâmicas. Por sua vez, a reação ocorre segundo a mesma lógica de justiça privada. Cada vez mais frequentemente, os suspeitos são sequestrados e enviados para prisões secretas enquanto os autores dos atentados são mortos sumariamente e nada podemos saber pela sua voz sobre o que se passou e porquê. A opinião pública é levada a acreditar em tudo o que dizem os comunicados do Estado Islâmico e nunca saberá quem de facto mandou matar e com que objetivos. Outro campo de poder extrajudicial para acerto de contas é a violência policial contra jovens negros nos EUA ou no Brasil, ou contra povos indígenas nas Américas. Neste caso, o acerto de contas toma por vezes a forma de reação extrainstitucional aos ganhos políticos e direitos sociais que os grupos sociais historicamente oprimidos recentemente conquistaram e que tiveram nos EUA a manifestação dramática de eleger um presidente negro.

Mas é no coração das instituições democráticas que o acerto de contas se instala nos nossos dias e pode ser exercido com um impacto que depende linearmente do montante de poder que se tem. Por exemplo, o poder que se traduz no direito de votar pode transformar-se num exercício de acerto de contas. É este o caso do voto de ressentimento contra as ideias, valores e instituições dominantes. O acerto de contas consiste em usar as instituições como armas de arremesso, o que surpreende sondagens, analistas e líderes políticos. Em tempos recentes, o voto pelo Brexit e o voto por Donald Trump foram, em grande medida, votos de ressentimento, um acerto de contas com os políticos profissionais, o preço que têm de pagar por durante tanto tempo e de modo tão hipócrita terem esquecido os «seus» eleitores, negligenciando os seus interesses e fazendo tábua rasa das suas necessidades e aspirações.

Mas obviamente quem, em democracia, tiver mais poder passa a ter um campo imenso para o exercício direto e personalizado do acerto de contas e o seu impacto pode ser dramático. O Presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, pretende acabar com a criminalidade no país por via

da eliminação física e extrajudicial dos criminosos ou suspeitos, um acerto de contas em que ele se gaba de ter participado diretamente. Por outro lado, o Presidente dos EUA, Donald Trump, parece disposto a governar por Twitter e à margem das instituições. Um exemplo entre muitos, neste caso, um exemplo de política econômica e industrial informal em ritmo de redes sociais. No início de janeiro deste ano, terá provocado o cancelamento de um importante investimento no México da empresa de construção de automóveis Ford, por meio de uma simples mensagem de Twitter. Agora, já depois de tomar posse como presidente, não esconde a sua agenda política, e revoga tudo o que se relacione com a qualidade ambiental, o desenvolvimento sustentável, o acesso à saúde, e instaura uma censura das agências federais quanto às informações de cariz geral ou científico a facultar ao público e aos órgãos de comunicação social.

Qualquer destes três monstros é incompatível com a democracia mesmo da democracia liberal, de baixa intensidade. A democracia liberal tem vindo a ser esvaziada por múltiplas vias (corrupção, endividamento externo e condicionalidades financeiras, tratados de livre comércio e o constitucionalismo global das empresas multinacionais, disfuncionalidades do sistema judicial, erosão dos direitos sociais e económicos, segurança supostamente democrática, mas na realidade antidemocrática, interferência imperialista, monopólio corporativo dos grande meios de comunicação social, espetacularização da política, etc.), mas os três monstros representam uma ameaça de novo tipo porque eliminam a própria ideia do político como campo de discussão e deliberação pacífica e livre entre diferentes orientações políticas e, portanto, a possibilidade realista de mudança de orientação.

Os monstros não são a história toda. Servem apenas para nos chamar a atenção para os desafios com que as lutas democráticas se confrontam no nosso tempo. O mundo está cheio de resistência e luta, de gente inconformada com o presente estado de coisas e a ideia de democracia real continua a alimentar a imaginação e a prática do inconformismo. O nosso tempo é um tempo de incerteza em que é tão importante olhar para o futuro como olhar para o passado. Este livro situa-se nesta conjugação de tempos.

Como em todas as obras coletivas e de saber partilhado, há que agradecer a muitas das pessoas, movimentos e organizações que tornaram possível a concretização do projeto e do programa de investigação

centrado nas Epistemologias do Sul e nas lutas e possibilidades de resistência. Começamos por agradecer a todas as pessoas e movimentos que aceitaram participar nas várias iniciativas realizadas, desde Universidades Populares dos Movimentos Sociais, Conversas do Mundo, fóruns de discussão, entrevistas individuais e coletivas. Também agradecemos aos ativistas e académicos que colaboram diretamente pela escrita nos vários volumes que compõem a coleção Epistemologias do Sul, respondendo ao desafio da produção de uma ciência emancipadora e restituidora da dignidade e da esperança.

Cabe uma especial referência ao Centro de Estudos Sociais, não só como local onde o projeto ALICE esteve sediado, mas por todo o apoio das suas estruturas científicas e administrativas no desenrolar do mesmo. Neste âmbito, há que nomear a colaboração dedicada da Inês Elias e o incansável trabalho da Rita Kácia Oliveira, que se entregou de alma e coração à filosofia do projeto, e soube guiar-nos nos meandros dos seus vários fios e desafios.

Por último, uma palavra de agradecimento ao Victor Ferreira pela revisão dos textos e verificação das referências bibliográficas e aos tradutores para português dos originais noutras línguas: Ana Saldanha, Carla Lopes, Catarina Martins, Isabel Donas-Botto, Paulo Rocha, Rita Caetano, Samuel Alexandre, Sara Reis e Tiago Fonseca.

# Introdução

*Boaventura de Sousa Santos*  
*José Manuel Mendes*

Vivemos um tempo em que o autoritarismo social e político parece ganhar terreno um pouco em todo o mundo. Os países que se proclamam democráticos são, de facto, democracias de baixa intensidade, sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas. Em trabalhos anteriores definimos fascismo social como «um conjunto de processos sociais em que um grande número de populações é irreversivelmente mantido fora ou remetido para fora de qualquer forma de contrato social» (Santos, 2014a: 50). Entre as formas de fascismo identificadas figuravam as seguintes: fascismo do *apartheid* social; fascismo contratual; fascismo territorial; fascismo de insegurança, baseado numa política e numa cultura do medo; e, por último, o fascismo financeiro (Santos, 2014a: 128–129). Como responder a este estado de coisas e oferecer alternativas que reforcem as possibilidades democráticas e restrinjam ou eliminem a reprodução do fascismo social? Este é o desafio principal a que se procura responder neste livro.

Na primeira secção da Introdução centramo-nos no modo como as epistemologias do Sul podem contribuir para inovar e transformar as teorias e as práticas democráticas. A nossa contribuição deve ser contextualizada dentro do vasto campo de reflexão sobre este tema e, com esse propósito, analisamos brevemente na segunda secção alguns dos debates principais no Norte global tendo como referência básica a teoria liberal. Na terceira secção analisamos, também brevemente e a título de ilustração,

alguns dos debates no Sul global e fora do mundo eurocêntrico. Finalmente, na quarta secção, resumimos muito sucintamente cada um dos capítulos deste livro.

## 1. Para uma democracia pós-abissal

Este livro visa desenvolver o potencial das epistemologias do Sul no domínio das teorias e das práticas democráticas. O presente livro parte, assim, das seguintes perguntas: terá o capitalismo derrotado de vez a democracia representativa? Como pode ser analisada a teoria democrática à luz das epistemologias do Sul? Que inovações traz o Sul global para a teoria democrática? Qual o contributo das plurinacionalidades e da interculturalidade para a teoria democrática?

As epistemologias do Sul têm que ver com a produção e a validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que sofreram sistematicamente a injustiça, a opressão e a destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. O campo alargado e muito diversificado de tais experiências é designado por nós como o *Sul anti-imperial*. É um Sul epistemológico, não-geográfico, composto de muitos Suis epistemológicos e tendo em comum o facto de serem todos conhecimentos nascidos de lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Estes conhecimentos são produzidos onde quer que ocorram estas lutas, tanto no Norte como no Sul geográficos. O objetivo das epistemologias do Sul é permitir aos grupos sociais oprimidos representar o mundo como seu e nos seus termos, pois só assim poderão mudá-lo de acordo com as suas próprias aspirações. Dado o desenvolvimento desigual do capitalismo e a persistência do colonialismo eurocêntrico, o Sul epistemológico sobrepõe-se parcialmente ao Sul geográfico, sobretudo os países que estiveram sujeitos ao colonialismo histórico. Mas esta sobreposição é só parcial, não só porque as epistemologias do Norte também florescem no Sul geográfico (o Sul imperial, as «pequenas Europas» presentes e muitas vezes dominantes na América Latina e nas Caraíbas, em África, na Ásia e na Oceânia), mas porque o Sul epistemológico também pode ser encontrado no Norte geográfico (Europa e América do Norte) em muitas das lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.

A partir da perspectiva das epistemologias do Sul, o pensamento nor-tocêntrico e eurocêntrico é um pensamento abissal. Este assenta numa linha abissal que separa as sociedades e as formas de sociabilidade metropolitanas das sociedades e formas de sociabilidade coloniais, em que tudo o que é válido, normal ou ético no lado metropolitano não se aplica no lado colonial da linha. Como esta linha abissal é tão básica como invisível permite falsos universalismos com base na experiência social das sociedades e das sociabilidades metropolitanas, orientadas para a reprodução e a justificação do dualismo normativo metrópole/colónia.<sup>1</sup> Estar do outro lado da linha abissal, do lado colonial, significa estar impedido pelo conhecimento dominante de representar o mundo como seu e nos seus próprios termos. Aqui reside o papel crucial das epistemologias do Norte para a reprodução do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. Ao produzir, ao mesmo tempo que oculta, a linha abissal, as epistemologias do Norte são incapazes de reconhecer a distinção entre exclusões abissais (as que ocorrem no lado colonial da sociabilidade) e as exclusões não-abissais (as que ocorrem no lado metropolitano da sociabilidade). Mais, elas concebem o Norte epistemológico eurocêntrico como a única fonte de conhecimento válido, não interessando onde, em termos geográficos, o mesmo é produzido. Pela mesma bitola, o Sul, isto é, tudo o que fica do «outro» lado da linha, é o reino da ignorância.<sup>2</sup> O Norte como a solução, o Sul como o problema. Nestas condições, a única compreensão válida do mundo é a compreensão ocidental do mundo.

A possibilidade e a necessidade de ultrapassar os limites da teoria democrática eurocêntrica decorrem da identificação da linha abissal e da denúncia que ela faz da suposta universalidade de tal teoria (Santos e Avritzer, 2002). Tal como o pensamento abissal que a funda, a teoria democrática eurocêntrica inscreve uma linha abissal nas formas de governação vigentes nas sociedades. Apesar de reclamar uma aplicação universal, de facto, os seus princípios e práticas só vigoram no lado de cá da linha abissal, nas formas de governação metropolitanas reguladas segundo

---

<sup>1</sup> Ver mais à frente a distinção entre exclusões abissais e não-abissais.

<sup>2</sup> O conhecimento colonial não-ocidental só é reconhecido e apropriado na medida em que é útil à dominação ocidentalocêntrica, como foi o caso do governo indireto, através do qual o Estado colonial recorria à lei ou ao governo tradicional ou indígena para garantir a reprodução do domínio colonial a nível local.

a lógica da regulação/emancipação. Do lado de lá da linha, no campo da governação da sociabilidade colonial, vigoram outros princípios e práticas, próprios da lógica de apropriação/violência. O caráter abissal da teoria democrática eurocêntrica reside precisamente nessa parcialidade e na sua ocultação em nome da suposta vigência universal dos mesmos princípios e práticas. Daí o ponto de partida das epistemologias do Sul: identificar e denunciar o que é invisibilizado, desvalorizado, tornado inexistente para além da linha abissal, através de uma sociologia das ausências; valorizar, através da sociologia das emergências, a resistência dos grupos sociais contra a lógica de apropriação/violência e identificar nessa resistência princípios e práticas de governação que apontem para outras experiências de outras democracias. O conceito de linha abissal é o nosso ponto de entrada para questionar o universalismo da teoria democrática ocidental, para o provincializar, e para veicular as aprendizagens democráticas, através da tradução intercultural, que permitem a renovação e o aprofundamento da democracia — uma democracia sem fim (Santos, 2014a: 7–8).

A força do conceito de linha abissal é realçada quando Boaventura de Sousa Santos afirma que:

As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo «deste lado da linha» e o universo «do outro lado da linha». A divisão é tal que «o outro lado da linha» desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. (Santos, 2007: 3–4)

Como fica patente, a linha abissal produz exclusões abissais. Assim, do outro lado da linha abissal não é possível a democracia porque todas as práticas e vivências democráticas são invisíveis ou consideradas irrelevantes, numa maciça produção de ausências. A sociologia das ausências deve recorrer ao conceito de linha abissal para identificar as exclusões abissais e, por via da sociologia das emergências, atender às experiências



e práticas de resistência e de luta que visam deslocar a linha abissal e, idealmente, dismantelar as bases da dominação.

A nossa intenção não é dar voz aos que estão do outro lado da linha, os excluídos abissalmente, mas, sim, estar com eles, atender às suas práticas e aos seus saberes, e valorizá-los, com base num trabalho de tradução intercultural, no sentido de identificar neles possíveis novas formas de imaginação e de prática democrática que vão além das concepções hegemônicas de democracia. Podemos resumir a ideia central deste livro desta forma: a concepção eurocêntrica de democracia, apesar de ser dominante, não é a única vigente no mundo; ao lado dela, em conflito ou em articulação com ela, existem outras concepções que é urgente conhecer e valorizar com vista a construir uma humanidade pós-abissal, isto é, desprovida das invisíveis zonas de sub-humanidade e de desumanidade. O nosso propósito é aprofundar as dinâmicas e as consequências das exclusões abissais que são impostas, de acordo com uma lógica de apropriação/violência, aos grupos sociais que «habitam» o outro lado da linha abissal, o lado da sociedade e da sociabilidade colonial. Porque os processos de dominação baseados no colonialismo, no capitalismo e no patriarcado impedem que se realize o pressuposto universalismo da teoria democrática eurocêntrica, é necessária uma vigilância teórica e epistemológica permanente para não desperdiçar processos de luta e práticas de resistência potencialmente eficazes.

Como refere Boaventura de Sousa Santos:

A médio prazo, se não civilizarmos a economia, teremos de mudar de civilização. Em diferentes espaços-tempo, segundo ritmos e graus de ambição distintos, com recurso a gramáticas semânticas que só se reconhecem mediante tradução, os objetivos são democratizar, descolonizar, desmercadorizar. Este projeto seria ambicioso e utópico se a alternativa não fosse a guerra incivil, a catástrofe ecológica, o fascismo social montado nas costas da democracia política. (Santos, 2012a: 154)

O nosso objetivo é problematizar o caráter abissal das relações sociais em diferentes contextos e espaços estruturais, e reivindicar a possibilidade da convivência pós-abissal. Reivindicar o pós-abissal democratizando as relações económicas (pós-capitalismo), democratizando todas as relações que se baseiam na inferioridade supostamente natural,

racial ou étnico-cultural do oprimido (pós-colonialismo) ou as relações que assentam na diferença sexual ou de orientação sexual como fator de opressão (pós-patriarcado). Como todas as exclusões minam o ser, criando não-seres, trata-se de imaginar utopicamente uma democracia pós-abissal que crie humanidade na medida em que contribua para denunciar e eliminar a linha abissal.

Argumentamos também que a linha abissal que divide o mundo entre a sociabilidade metropolitana (onde vigora a lógica da regulação/emancipação) e a sociabilidade colonial (onde vigora a lógica da apropriação/violência) tem vindo a deslocar-se no sentido de expandir a sociabilidade colonial em detrimento da sociabilidade metropolitana, o que em trabalhos anteriores designámos por retorno do colonizado e do colonizador (Santos, 2007). Ao retorno do colonizado e do colonizador há que contrapor o cosmopolitismo subalterno, a luta contra a exclusão abissal (Santos, 2014a: 125–126), por via da reivindicação de formas de convivência radicalmente democráticas.

A crise financeira mundial de 2007–2008 revelou com toda a crueza a agressividade do capitalismo na sua lógica de apropriação/violência (em termos marxistas, a acumulação primitiva), tanto no centro como na periferia do sistema mundial (ainda que com efeitos quantitativa e qualitativamente muito diferentes), pondo a nu a ficção em que assenta a suposta universalidade dos conceitos associados à democracia liberal: cidadania, sociedade civil, direitos, contrato social. A deslocação da linha abissal no sentido de expandir as sociabilidades de tipo colonial no próprio Norte global, ou seja, no centro do capitalismo global, implica uma certa terceiro-mundialização do centro do sistema-mundo. As linhas abissais tornam-se mais vincadas entre o Norte e o Sul mas também dentro de cada Estado (Santos, 2007).<sup>3</sup> O acentuar da linha abissal dentro de cada país, coloca cada vez mais gente na sociedade civil incivil, sem direitos e sujeita a fascismos sociais (Santos, 2003: 24–25).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Boaventura de Sousa Santos argumenta que a tensão entre regulação e emancipação coexiste com a tensão entre apropriação e violência, esta última característica dos espaços colonizados (2007: 11).

<sup>4</sup> Santos discute as várias formas de fascismo social e distingue três tipos de sociedade civil: a sociedade civil íntima, a sociedade civil estranha e a sociedade civil incivil (2003: 25–26). A sociedade civil íntima é constituída pelo círculo interior à volta do Estado, caracterizado pela hiperinclusão e pela detenção de todos os direitos. A sociedade civil estranha é o círculo intermédio em volta do Estado, feito de inclusões e exclusões, com